

OS TEMAS HOMOFOBIA E HOMOSSEXUALIDADE NO PROCESSO DE FORMAÇÃO E PRÁTICA DOCENTE¹

Luciano Pereira dos Santos²

RESUMO

Muito mais que nas pautas de reivindicações de direitos das minorias, as discussões sobre diversidade sexual ocupam espaços nas pautas de programas de televisão, rádios, jornais, revistas e redes sociais na internet, fazendo com que o tema se popularize e seja abordado sob as mais diferentes vertentes. Na seara política, este debate tem engendrado os discursos e as disputas eleitorais e no que concerne às religiosidades, tem estado presente nos púlpitos dos sermões de igrejas das mais distintas religiões. No campo científico, há tempos tem sido objeto de investigação das ciências biológicas e, nas últimas décadas, é notório o crescimento de estudos sobre as sexualidades entre pesquisadoras/res das ciências humanas e sociais (FERREIRA; SANTOS, 2014). No que tange à educação, essa discussão, desde as primeiras décadas do século passado, é marcada por avanços e retrocessos nas políticas educacionais. No entanto, as inquietações advindas da pressão social sobre as questões das sexualidades não fogem ao cotidiano escolar, tanto é que recentemente figurou neste cenário o debate sobre a inclusão ou exclusão dos termos diversidade sexual e identidade de gênero no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais de Educação (CNTE, 2015). Este texto é oriundo de uma pesquisa realizada com 208 docentes do ensino básico da rede pública na cidade de Pelotas/RS e objetiva a reflexão sobre a diversidade sexual na escola, a homofobia declarada ou velada, porém presente nesse ambiente. A repressão das manifestações de homoafetividade, as atitudes ou inoperância, as falas, silenciamentos e/ou indiferenças quanto às questões referentes à diversidade sexual, remete-nos a questionar o papel da/do docente e de sua intensa participação no processo de constituição dos sujeitos/educandos e, por conseguinte, no processo de construção das identidades sociais e transformações na sociedade. As conclusões apontam para a necessidade de inclusão dessas temáticas nas grades curriculares das universidades nos cursos de formação de professores e nos programas de formação continuada docente para a garantia de práticas educativas a favor da igualdade de direitos e da não discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero na escola.

Palavras-chave: Homofobia. Homossexualidade. Formação docente. Prática docente.

¹ Este texto é um recorte da minha dissertação de mestrado intitulada “Contribuições de disciplinas de gênero e sexualidades na formação docente inicial e continuada no enfrentamento da homofobia na escola”.

² Doutorando em Educação (UFPEl). Mestre em Educação (UFPEl). Sociólogo e Cientista Político (FESP/SP). Universidade Federal de Pelotas. E-mail: lucianopereiraluciano@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

Muito mais que nas pautas de reivindicações de direitos das minorias, encampadas pelos movimentos sociais, as discussões sobre diversidade sexual, tão em voga nos dias atuais, ocupam espaços nas pautas de programas de televisão, rádios, jornais, revistas e redes sociais na internet, fazendo com que o tema se popularize e seja abordado sob as mais diferentes vertentes. Na seara política, este debate tem engendrado os discursos e as disputas eleitorais e no que concerne às religiosidades, tem estado presente nos púlpitos dos sermões de igrejas das mais distintas religiões. No campo científico, há tempos tem sido objeto de investigação das ciências biológicas e, nas últimas décadas, é notório o crescimento de estudos sobre as sexualidades entre as/os pesquisadoras/res das ciências humanas e sociais (FERREIRA; SANTOS, 2014).

No que tange especificamente à educação, essa discussão, desde as primeiras décadas do século passado, é marcada por avanços e retrocessos nas políticas educacionais. No entanto, as inquietações advindas da pressão social sobre as questões das sexualidades não fogem ao cotidiano escolar e estão vívidas e se fazem presente diariamente na vida de estudantes e docentes não heterossexuais, tanto é que recentemente figurou neste cenário o debate sobre a inclusão ou exclusão dos termos diversidade sexual e identidade de gênero no Plano Nacional de Educação e nos Planos Estaduais e Municipais de Educação (CNTE, 2015).

A escola, como espaço público de formação e socialização tem, ao longo da história, reproduzido as diferenças ao classificar os sujeitos por etnia, sexo e classe social, e contribuído para a manutenção da norma social hegemônica e dentre elas, a heteronormatividade. Dessa forma, o ambiente escolar marginaliza e exclui os que não se enquadram nos padrões da heteronormatividade (FERREIRA; SANTOS, 2014).

Diante disso, este texto objetiva a reflexão sobre a diversidade sexual na escola, a homofobia declarada ou velada, porém presente nesse ambiente, a repressão das manifestações de homoafetividade, as atitudes ou inoperâncias, as falas, silenciamentos e/ou indiferenças quanto às questões referentes à diversidade sexual, remete-nos a questionar o papel da/do docente e de sua intensa participação no processo de constituição dos sujeitos/educandos e, por conseguinte, no processo de construção das identidades sociais e transformações na sociedade.

2 BREVE FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Quem, daquelas e daqueles que frequentam ou frequentaram a escola, não se lembra das/dos diversas/os professoras e professores que tiveram? Falas, atitudes, gestos e posturas de algumas/alguns docentes que fizeram parte da nossa vida escolar ainda vivem em nossas memórias, por mais distante que seja o agora do antes.

Os posicionamentos de docentes, de colegas, do próprio ambiente escolar, nos marcam, nos interpelam e participam do nosso processo de constituição enquanto sujeitos, tal qual nos afirma Louro (2007):

(...), possivelmente, as marcas permanentes que atribuímos às escolas não se refletem nos conteúdos programáticos que elas possam nos ter apresentado, mas sim se referem a situações do dia-a-dia, a experiências comuns ou extraordinárias que vivemos no seu interior, com colegas, com professoras e professores. As marcas que nos fazem lembrar, ainda hoje, dessas instituições têm a ver com as formas como construímos nossas identidades sociais, especialmente nossa identidade de gênero e sexual (LOURO, 2007 p. 15).

Belmira Oliveira Bueno nos diz que a formação docente é um processo “cujo início se situa muito antes do ingresso nos cursos de habilitação – ou seja, desde os primórdios de sua escolarização e até mesmo antes – e que depois destes tem prosseguimento durante todo o percurso profissional do docente” (2002, p. 22). A autora elucida ainda que mesmo que a formação proporcione parte das condições para a docência, o sujeito que se dedica a ela se torna o principal agente nesse processo, pois sua história de vida e seu percurso intelectual, nas diversas fases e por diferentes aspectos tornam-se de grande importância no processo de formação por ela/ele vivido (BUENO, 2002). Diante disso, é possível entender que, embora a formação docente inicial não seja decisiva para os posicionamentos docentes, ela pode representar grande contribuição no processo, principalmente quanto às questões de gênero, sexualidades e homofobia na escola.

Uma pesquisa desenvolvida em 2008 pelo Centro de Estudos e Comunicação em Sexualidade - ONG ECOS, analisou os currículos e ementas dos cursos de pedagogia para identificar a existência de disciplinas que tratassem sobre educação em gênero e sexualidades.

A pesquisa foi realizada em plataforma digital a partir dos dados disponibilizados no site do MEC e, em seus resultados aponta que de 989 universidades brasileiras, apenas 41 ofereciam

alguma disciplina sobre a temática. Outro fator a se levar em conta é que em sua maior parte, as disciplinas eram oferecidas na modalidade optativa, o que indica que apenas estudantes interessadas/os as cursavam (RIZZATO, 2013).

A maioria dos cursos de formação inicial docente não possui, em sua grade curricular, propostas de trabalho com temas relacionados à educação em sexualidades e gênero. Dentre as consequências disto estão: a dificuldade que, em geral, docentes demonstram em trabalhar tais conteúdos em suas aulas, a manutenção da cultura sexual da escola, que tende a dessexualizar os sujeitos e o espaço, a reprodução de uma abordagem da educação sexual pautada na prevenção de DST/AIDS e de gravidez na adolescência, deixando de lado outros aspectos associados à sexualidade humana, como as relações de gênero, a dimensão do prazer, os sentimentos e emoções, os direitos sexuais e reprodutivos (UNBEHAUM; CAVASIN; GAVA, 2010).

Ainda que as temáticas relativas à diversidade sexual, orientação sexual e identidade de gênero não sejam priorizadas na formação inicial docente, elas fazem parte de algumas iniciativas de formação continuada fomentadas, principalmente, pelo governo federal. Cabe ressaltar que a ênfase das políticas recai sobre a formação docente continuada, ainda que a formação inicial não tenha sequer mencionado essas temáticas. Se por um lado, essa dinâmica sinaliza o “caráter compensatório” que pode ser atribuído às experiências de formação continuada, assim como a possibilidade de que esses cursos sejam oferecidos às/aos docentes sob o “argumento da incompetência” (SOUZA, 2006, p. 484), por outro, conforme nos diz Maria Helena Souza Patto (1990, p. 349) ressalta o “potencial transformador das relações escolares” inerente a essas experiências de formação docente continuada e destaca que os/as educadores/as são percebidos/as como “portadores de carecimentos radicais que os fazem [...] um grupo social potencialmente transformador”.

Portadoras/es de seus princípios éticos e valores morais, munidos por conhecimentos específicos e regulados por um currículo, as/os profissionais da educação – docentes, interagem nesse espaço chamado escola, posicionando-se diante das manifestações homofóbicas ou de homoafetividade.

Na escola, seus agentes – corpos discente, docente, diretivo e funcional – interagem com as diversas formas de expressões das sexualidades que ali se fazem presente. A sexualidade aqui entendida como um conjunto de descobertas, crenças, práticas, escolhas, fantasias, e experiências relacionadas ao ato sexual, construído ao longo da vida dos indivíduos, que se encontra recoberto por valores morais, que são determinados por comportamentos e costumes sociais que dizem respeito ao coletivo (NUNES, 2005). Desse modo, “sexualidade é o conjunto de processos sociais que produzem e organizam a expressão do desejo e o gozo dos prazeres corporais, orientados a sujeitos do sexo oposto, do mesmo sexo, de ambos os sexos, ou a si mesmo/a” (CARVALHO; MELO; ISMAEL, 2008, p. 1).

Este vem a ser também um conceito cultural que diz respeito à forma como cada ser vivencia e significa o sexo, indo além do determinismo naturalista, como defende Foucault (1997):

[...] não se deve conceber [a sexualidade] como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar. A sexualidade é o nome que se pode dar a um dispositivo histórico: não a uma realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação do conhecimento, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder. (FOUCAULT, 1997, p. 100).

E, quanto à presença da sexualidade no ambiente escolar, Louro (1997), afirma:

As questões referentes à sexualidade estão, queira-se ou não, na escola. Elas fazem parte das conversas dos/as estudantes, elas estão nos grafites dos banheiros, nas piadas e brincadeiras, nas aproximações afetivas, nos namoros; e não apenas aí, elas estão também de fato nas salas de aula- assumidamente ou não – nas falas e atitudes das professoras, dos professores e estudantes (LOURO, 1997, p. 131).

Nessa perspectiva, importa ressaltar que para Foucault (2001) o discurso cria “verdades”, produz saberes, formas de pensar e interpretar o mundo, verdade entendida como processos de criação e invenção de nós mesmos. Nesse sentido a ciência é produzida por nós, constituída pelo nosso discurso. A ciência é, então, uma vontade de verdade (FOUCAULT, 2013). A escola, portanto, é um espaço de criação, produção e apropriação das ciências – naturais e humanas – constituída a partir dos discursos de seus agentes. Dessa forma, os discursos dos e das docentes criam e professam “verdades” traduzidas e reveladas por meio de suas interlocuções, práticas e posturas

que ficam intrinsecamente engendradas na constituição dos sujeitos/educandos. Nesse contexto, Caetano (2013) sinaliza:

Pensar as identidades sexuais significa também compreender os discursos dos seus sujeitos. Essa compreensão requer ainda refletir sobre as práticas educativas que nos formaram e influíram na maneira como percebemos o significado de ser homem ou mulher, frequentemente orientado por dicotomias (CAETANO, 2013, p. 37).

Na escola, bem como em outros lugares, a homossexualidade é encarada como “contagiosa”, o que promove, conseqüentemente, a exclusão de pessoas homossexuais, uma vez que a aproximação pode ser compreendida como uma identificação a tal identidade, o que vem a reforçar a marginalização desse grupo (LOURO, 2007). Outro fator que contribui para essa postura social é a heterossexualidade presumida, o que faz com os e as docentes conduzam suas aulas como se naquele ambiente todos fossem heterossexuais. As aulas são conduzidas como se a homossexualidade não fizesse parte dessa realidade (JUNQUEIRA, 2009a).

Pesquisas apontam que, embora a escola devesse se constituir num espaço de promoção da cidadania, o ambiente escolar se apresenta como hostil, intolerante e violento em relação a Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, configurando-se, por muitas vezes, como espaço de produção e reprodução da homofobia (JUNQUEIRA, 2009b). Destarte, Junqueira destaca ser a escola um ambiente que:

Configura-se um lugar de opressão, discriminação e preconceitos, no qual e em torno do qual existe um preocupante quadro de violência a que estão submetidos milhões de jovens e adultos LGBT – muitos/as dos/as quais vivem, de maneiras distintas, situações delicadas e vulneradoras de internalização da homofobia, negação, autoculpabilização, autoaversão. E isso se faz com a participação ou omissão da família, **da comunidade escolar** da sociedade e do Estado (JUNQUEIRA, 2009b, p. 15, grifo dos autores).

Nesse contexto o termo homofobia aparece de diversas formas, mas todas elas traduzem-se em preconceito e discriminação. Aparece como um dispositivo de vigilância de gênero; como violência simbólica da dominação masculina (BOURDIEU, 1998a); modo de organização e constituição do masculino como produção da cultura e saber do ocidente que aparece na discriminação afetiva, intelectual e política por meio de lógicas heterossexistas (BORRILLO, 2001).

Assim, o preconceito hierarquiza como subcidadãos aqueles que são identificados como homossexuais (PRADO; MACHADO, 2008). Homofobia é “a discriminação contra as pessoas que mostram, ou a quem se atribui algumas qualidades (ou defeitos) atribuídas ao outro gênero” (WELZER-LANG, 2001, p. 465). Também pode ser compreendida como a intolerância ou o medo irracional, relativos à homossexualidade, que se expressa por violência física e/ou psíquica. A vivência recorrente dessas violências por pessoas LGBT pode levar à homofobia internalizada, que é a incorporação de hostilidades quanto a sua própria orientação afetivo-sexual (MOITA, 2003).

É uma maneira de enxergar o mundo, advinda dos discursos que são produzidos e reproduzidos pelas instâncias socializadoras e que reafirmam a lógica dicotômica sexista e a heteronormatividade compulsória (LOURO, 1997, 2001; FOUCAULT, 1987). A homofobia é muito mais que violência física e ou simbólica, ela está arraigada no sexismo e na heteronormatividade social (JUNQUEIRA, 2009b). Nos dias de hoje, é um dos últimos preconceitos tolerados na nossa sociedade, como aponta Dinis (2011):

Qualquer brasileiro(a) pode se lembrar facilmente de vários nomes da política nacional ou dos movimentos de defesa dos Direitos Humanos que defendem publicamente o direito das minorias étnico-raciais, das mulheres, das(os) presidiárias(os), dos(as) sem-terra, das pessoas com necessidades educativas especiais, mas que se escondem quando o assunto em pauta é o combate à violência ou a luta pelos direitos de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. Na atualidade poucas pessoas ousariam expressar publicamente formas de sexismo contra mulheres, ou formas de racismo que incentivem explicitamente o preconceito contra a população negra, contra a população judaica, contra a população indígena, ou outras minorias étnico-raciais. No entanto, dizer publicamente não simpatizar ou mesmo odiar pessoas homossexuais ainda é algo não só tolerado, como constitui também uma forma bastante comum de afirmação e de constituição da heterossexualidade masculina (DINIS, 2011, p. 4).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esta foi uma investigação de natureza qualitativa e quantitativa e utilizou questionário como instrumento de coleta de dados. Foram pesquisados 208 docentes de diferentes níveis de ensino (Ensino fundamental I – anos iniciais; Ensino fundamental II – anos finais; Educação de Jovens e Adultos – EJA; Ensino médio regular e Ensino médio profissionalizante), advindos de nove unidades escolares de ensino básico das redes públicas, estadual e municipal, na cidade de Pelotas/RS. Ancorada nos estudos de Bardin (1979) e Minayo (2004), utilizou-se a análise de conteúdo e técnica

de análise temática. O questionário para investigação dos posicionamentos docentes contou com 94 questões, divididas em cinco blocos, sendo 90 fechadas e quatro abertas. A aplicação foi realizada por meio de abordagem direta, feita pelo pesquisador. Este instrumento teve por objetivo traçar o perfil; verificar os conhecimentos sobre diversidade sexual; envolvimento pessoal com os temas homossexualidade e homofobia; processo de formação e prática docente; juízos pessoais de moralidade, religiosidade e direitos das pessoas LGBTs. Os participantes foram orientados sobre os procedimentos da coleta de dados, e assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Na coleta de dados, garantiu-se o anonimato dos/as entrevistados/as, a confidencialidade das informações, privacidade e proteção da imagem sendo utilizados códigos para a identificação dos sujeitos, conforme regem as normas de Pesquisas com Seres Humanos (RESOLUÇÃO 196/96) (BRASIL, 1996)

4 PERFIL DAS/DOS RESPONDENTES

Faixa etária, sexo, estado civil, filhos, religião, orientação sexual, nível/modalidade de ensino em que trabalham; área do conhecimento em que atuam; tempo de docência, tempo de docência na escola em que foram entrevistadas/os e filiação sindical, são os dados utilizados para traçar um parâmetro geral do perfil das/dos respondentes.

De acordo com os dados obtidos, verifica-se que o maior número de respondentes encontra-se na faixa etária entre 30 e 39 anos de idade (34%) e o menor entre 20 e 29 anos (5%). As mulheres representam 89% de docentes, sendo que no que concerne ao estado civil 64% são casadas/os ou vivem com companheira/o e 71% possuem filhos. Em sua maioria, são heterossexuais (94%), 77% são docentes do ensino fundamental (36% são do ensino fundamental I e 41% são do ensino fundamental II) e quanto à área de conhecimento, 36% são docentes da área de linguagens, códigos e suas tecnologias e 34% do Currículo por Atividade-CAT. Por fim, 36% possuem de zero a cinco anos de docência e 55% são sindicalizadas/os.

5 ENVOLVIMENTO PESSOAL DAS/DOS RESPONDENTES COM OS TEMAS HOMOFOBIA E HOMOSSEXUALIDADE

A maioria das/dos respondentes afirma que costuma conversar sobre diversidade sexual em casa e/ ou com amigos, têm amigos homossexuais, têm colegas de trabalho que são homossexuais, não acredita que a sexualidade possa ser modificada/ alterada, não sente vergonha/ constrangimento ou nojo/asco ao presenciar manifestações afetivas/ amorosas entre pessoas do mesmo sexo, considera o casamento entre pessoas do mesmo sexo correto/legítimo, não frequenta ambiente que é também frequentado pelo público LGBT e não participa de movimento de defesa de direitos LGBT. Metade das/dos docentes entrevistadas/os têm familiares/ parentes homossexuais.

Estes posicionamentos apontados nas respostas das/dos docentes pesquisadas/os, diferem de parte dos dados apresentados por algumas/alguns pesquisadoras/res, cujos estudos ancoram o referencial desse trabalho. Nestes estudos podemos observar que os discursos de grande parte das/os docentes brasileiras/os, revelados pelas práticas e posturas que os engendram, estão abarrotados de repúdio às homossexualidades, evidenciando docentes que ainda acreditam que os papéis sexuais são definidos pelo sexo biológico, que tomam as homossexualidades por doença, julgando as relações homossexuais inadmissíveis na sociedade. As pesquisas relatam que por todo o país, estudantes homossexuais são discriminados, marginalizados e excluídos por colegas e por docentes. O ambiente escolar aparece como lócus de manifestações homofóbicas, onde a heteronormatividade está embutida nas práticas educativas, e estas se empenham em ensinar a “ser homem” e “ser mulher”, dentro da perspectiva da norma hegemônica, conforme assinala Silva Júnior (2013):

Parece plausível intuir que o que está em jogo na escola, quando a homossexualidade serve de pretexto para degradar, hostilizar e violentar os indivíduos que fogem do arquétipo hegemônico do masculino e do feminino, são predicados do que é ser homem e do que é ser mulher” (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 100).

Nos dados apresentados, considerando que a imensa maioria (94%/194) das/dos docentes pesquisadas/os se declara heterossexual, pode ser observado que embora, segundo as respostas, a maior parte não frequente ambiente que também é frequentado pelo público LGBT e não participe

de movimentos de defesa de direitos dessas pessoas, apresenta-se com grande envolvimento pessoal com a homossexualidade, permeado pela aceitação dessa orientação sexual - conversas em casa e com amigos, parentes, amigos e colegas de trabalho homossexuais, não acredita que a sexualidade pode ser modificada/alterada – e não se manifesta de forma homofóbica - não sente vergonha/ constrangimento, nojo/asco de manifestações afetivas entre pessoas do mesmo sexo e considera o casamento homossexual correto/legítimo.

6 RESULTADOS

Sintetizando os resultados, podemos ver que as/os pesquisadas/os afirmam que possuem preparo para tratar sobre gênero e sexualidades em suas aulas, uma vez que a maioria se diz parcialmente preparada e uma pequena parcela se declara totalmente preparada. A maior parte das/dos respondentes atribui à escola total ou parcial responsabilidade em promover em seu ambiente a abordagem desses temas. No entanto, ao serem questionadas/os se a escola está preparada para tratar de temas como homofobia e homossexualidade, a maioria alega que a escola está despreparada, seguidas/os de uma boa parcela que afirma que ela está parcialmente preparada indicando que falta preparo para que a escola possa tratar de tais assuntos.

A quase totalidade das/dos docentes pesquisadas/os afirma que as discussões sobre gênero e sexualidade são relevantes na escola e a maior parte assegura que todas as disciplinas são adequadas para tratar desses assuntos.

Na opinião da maioria das/dos respondentes, manifestações discriminatórias e preconceituosas em relação às sexualidades interferem muito no rendimento escolar dos/as alunos/as que as sofrem. Também a maioria afirma que costuma posicionar-se diante de questões sobre identidades sexuais e de gênero na escola.

A maioria declara que já presenciou atitudes preconceituosas/ discriminatórias em relação a identidades não heterossexuais na escola. Quanto a manifestações de afetividade entre pessoas do mesmo sexo na sala de aula ou em qualquer ambiente da escola, metade do número total de pesquisadas/os assegura que nunca presenciou enquanto que as/os demais sustentam que já

presenciaram. Esses apontamentos evidenciam a presença de identidades não heterossexuais na escola.

A maior parte das/dos respondentes declara que nas suas aulas trabalha sobre diversidade sexual sempre que o tema aparece, enquanto que apenas uma pequena parcela afirma trabalhar este tema mesmo que não esteja no currículo. Ainda que a maioria trabalhe o tema em suas aulas, o número de docentes que alega não se sentir preparada/o para tratar do assunto é expressivo (25%/52).

Indiferentemente da frequência (muitas vezes/ sempre; algumas vezes/ de vez em quando) ou do motivo (se fizer parte do conteúdo da aula; apenas nas brincadeiras e piadas entre alunos e alunas), a maioria das/dos pesquisadas/os afirma que questões sobre sexualidade e homossexualidade estão presentes em suas aulas. Declaram também que possuem alunos e alunas homossexuais ou que são considerados homossexuais pelos demais. Vale ressaltar que o índice de docentes que fazem essa afirmativa é mais que o dobro das/dos que afirmam não ter e das/dos que dizem não saber.

Na opinião da maioria das/dos entrevistadas/os não há nenhuma diferença no tratamento entre aluna e aluno na escola. No entanto afirmam que estudantes não heterossexuais são tratados de forma diferente dos demais na escola.

Quanto ao fato de docentes homossexuais exporem ou não sua orientação sexual na escola, a maior parte declara-se indiferente quanto a essa questão, o que pode indicar que na opinião das/dos respondentes, essa deve ser uma escolha de cada um.

Embora as/os entrevistadas/os, maiormente, assegurem que nunca participaram de nenhuma reunião que tratasse sobre diversidade sexual, declaram que costumam abordar o assunto em conversas informais com as/os demais docentes.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das análises realizadas tornou-se evidente que a ausência e ou pouca oferta de disciplinas na formação inicial docente e formação continuada que tratem dos temas homofobia e homossexualidade interferem diretamente na prática docente uma vez que a maioria considera a

escola despreparada para tratar desses assuntos, afirmam que já presenciaram atitudes discriminatórias e preconceituosas em relação às sexualidades no ambiente escolar e que estas interferem no rendimento das/dos discentes que as sofrem. Declaram ainda, que alunas e alunos não heterossexuais são tratados de forma diferente pelas/pelos demais, que trabalham estes temas quando estes aparecem e enfatizam a inexistência de reuniões pedagógicas que abordem tais temas.

Em suma, pode-se inferir que embora os temas homofobia e homossexualidade estejam presentes na escola, ainda há uma expressiva carência de disciplinas sobre gênero e sobre sexualidades na formação inicial docente e de formação continuada sobre essas temáticas. Faz-se necessário a inclusão dessas temáticas nas grades curriculares das universidades nos cursos de formação de professores e nos programas de formação continuada docente para que se possam garantir práticas educativas a favor da igualdade de direitos e da não discriminação por orientação sexual e/ou identidade de gênero na escola.

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BORILLO, Daniel. **Homofobia**. Espanha: Bellaterra, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998(a).

BUENO, Belmira Oliveira. O método autobiográfico e o estudo com histórias de vida de professores: a questão da subjetividade. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 11-30, jan./jun. 2002.

CAETANO, Marcio Rodrigo. Gênero e sexualidade: diálogos e conflitos. In. RANGEL, M. (Org). **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2013, p. 35-68.

CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de; MELO, Rosimary Alves de; ISMAEL, Eliana. Atividades com o corpo na educação infantil: limites da ação e formação docente. **Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis. 2008. Disponível em <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST53/Carvalho-Melo-Ismael_53.pdf>. Acesso em: 16 jun.2014.

CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Gênero e diversidade sexual na escola: a CNTE apoia os movimentos sociais. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 16, p. 187-194, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral/article/view/493>>. Acesso em: 10 out. 2015.

DINIS, Nilson. Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil. n. 39. p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR.

FERREIRA, Márcia Ondina Vieira; SANTOS, Luciano Pereira dos. Diversidade sexual e docência na produção do grupo de trabalho 23 da ANPEd (2004/2011). **Revista de Educação PUC – Campinas**, Campinas, v. 19, n. 3, p. 195-204, set./ dez. 2014.

FOUCAULT, Michel .**A ordem do discurso**. 23 ed. São Paulo, Edições Loyola, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: MOTTA, Manuel. B. (Org.). **Ditos e escritas III – Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. D. Diversidade sexual e homofobia: a escola tem tudo a ver com isso. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org). **Educação para a sexualidade, para a equidade de gênero e para a diversidade sexual**. Campo Grande: UFMS, 2009a, p. 111- 142.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre homofobia nas escolas**. Brasília: MEC/UNESCO, 2009b, p.13-51.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós- estruturalista**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 23. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

MOITA, Gabriela. Essências e diferenças: minorias sexuais ou sexualidades (im)possíveis. In: Fonseca, L; SOARES, C.; VAZ, J. M. **A Sexologia**: perspectiva multidisciplinar II. Coimbra: Quarteto, 2003.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade**. 7. ed. Campinas/SP. Papyrus, 2005.

PATTO, Maria Helena de Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

PRADO, Marco Aurélio Máximo; MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades**: a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RIZZATO, Liane Kellen. Percepções Docentes sobre a Homofobia na Escola: entre dissonâncias e continuidades. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO – ANPEd, 35, 2012. Caxambu. **Anais...** Rio de Janeiro: ANPEd, 2012. Disponível em: <http://35reuniao.anped.org.br/images/stories/trabalhos/GT23%20Trabalhos/GT23-2006_int.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2014.

SILVA JUNIOR, Paulo Melgaço da. Diversidade e educação: apontamentos sobre gênero e sexualidade na escola. In: RANGEL, M. (Org). **A escola diante da diversidade**. Rio de Janeiro: Wak Editora. 2013. p. 69-105.

SOUZA, Denise Trento Rebello de. Formação continuada de professores e fracasso escolar: problematizando o argumento da incompetência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 477-492, 2006.

UNBEHAUM, Sandra; CAVASIN, Sílvia; GAVA, Thais. Gênero e sexualidade nos currículos de pedagogia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9. 2010, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1278171100_ARQUIVO_Gen_Sex_Curric_Ped_ST19_FG9.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2015.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, 2001.